

# NOTÍCIAS STI

MAIO 2017

Qualquer momento que se viva traz em si todos os sacrifícios que, muitos antes de nós, fizeram em nome do que consideraram ser mais justo. Para si, para todos os que estavam juntos nessa luta, para todos os que haviam de chegar ainda. Um património herdado e que é importante conhecer. E cuidar.

Um sindicato é feito da vontade dos seus sócios.

Em 40 anos, o Sindicato dos Trabalhadores dos Impostos (STI) conseguiu manter – mesmo em conjunturas muito difíceis - o invejado objetivo de ter uma elevada presença de trabalhadores sindicalizados, mesmo ao arrepio da tendência generalizada do movimento sindical português e internacional.

A história do STI é importante. É importante pela vitalidade e o entusiasmo que os primeiros sindicalistas desempenharam na criação de formas organizadas de trabalhadores, com vista a encontrar uma via comum que resolvesse tanto os problemas profissionais e individuais dos trabalhadores deste departamento da administração pública, como também representasse uma solução adequada para que esse departamento desempenhasse uma das mais nobres funções no Estado: a de conseguir que todos os elementos de uma comunidade nacional contribuam devida e justamente para o Bem coletivo.

A história do STI é igualmente importante, pela forma como, nas ocasiões mais duras, quando os responsáveis da administração ou mesmo do governo tudo faziam para ignorar a voz dos trabalhadores, o Sindicato conseguiu unir e mobilizar os seus membros para uma ação conjunta, desenvolvendo, de forma continuada e perseverante, formas de luta extremas, sem paralelo na história do movimento sindical, como foi o caso da paragem de atividade durante semanas. Levantar a voz dos trabalhadores quando o poder político tudo fazia para os humilhar e impedir que fizessem valer a sua vontade é das mais exemplares ações de emancipação que a organização dos trabalhadores pode mostrar.

Finalmente, a história do STI é importante porque mais relevante se tornou o seu papel de organização de classe e de participação cívica e cidadã quanto mais o Sindicato soube exteriorizar para a sociedade os seus conhecimentos, os seus pensamentos e a sua força, como forma de tornar transparente aquilo que é essencial para a democracia – um sistema fiscal eficaz que contribua para uma sociedade mais justa para todos os seus membros.

O Presidente da Direção Nacional  
Paulo Ralha



*O STI são os seus Sócios, todos, sem excepção. Os números que a seguir iremos apresentar para demonstrar a evolução do STI, são só isso, números. Por trás desses números está o fundamental desta organização – os seus Sócios. São estes – os Sócios – que nos levam a prosseguir, **é a defesa intransigente dos seus direitos, é a luta por melhoria das suas condições de vida e de trabalho, que justificam a existência do STI.** Para esta tarefa TODOS somos poucos. Contamos com todos, precisamos de todos!*

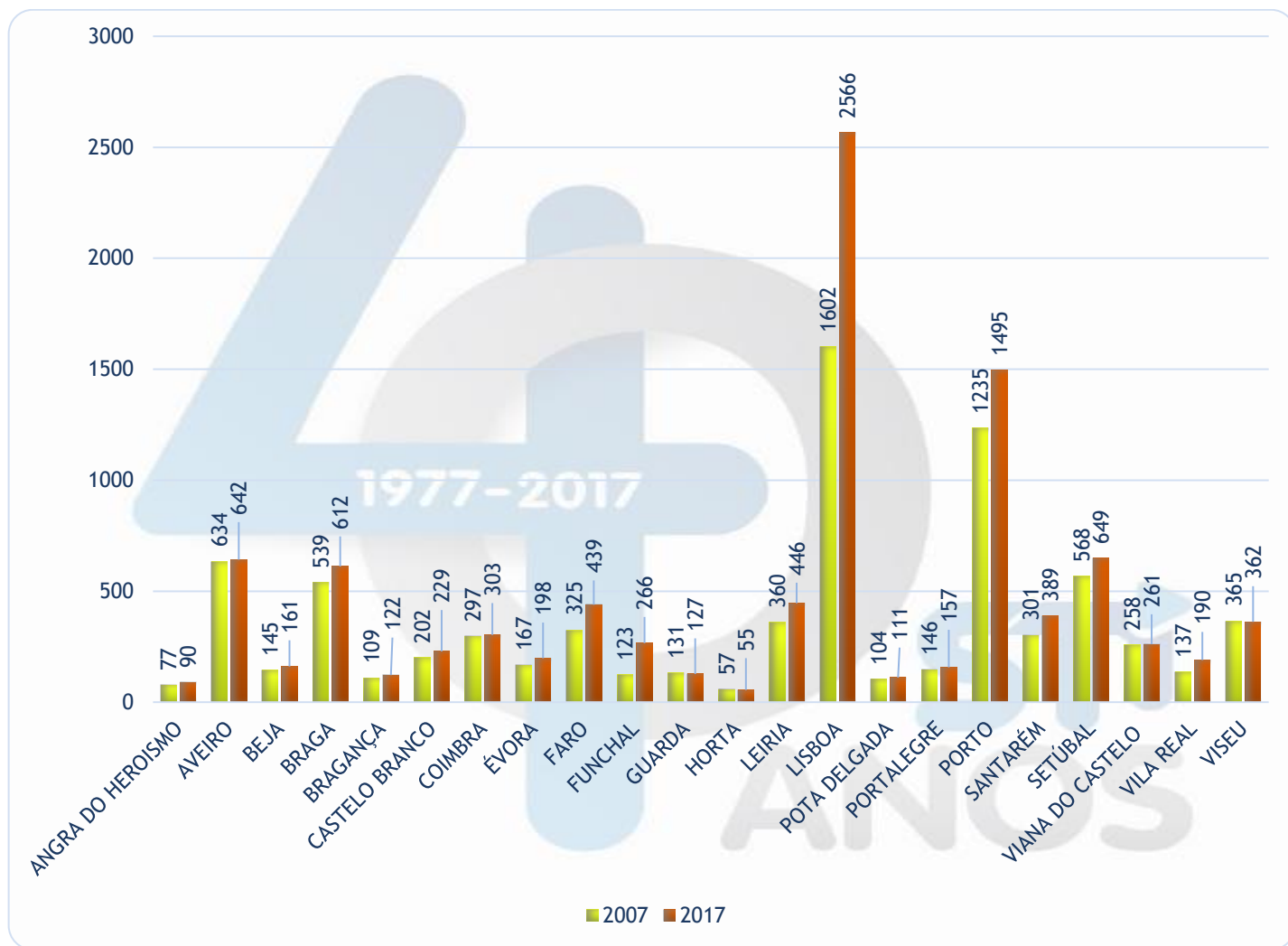
## **STI – TÃO FORTE QUANTO TU QUISERES!**

No livro editado pelo STI em 2007, alusivo aos 30 anos do STI, foram publicados alguns dados que nos parece interessante comparar com a situação em 2017.

Dez anos é um período temporal que já permite uma análise do que fomos e do que somos atualmente. (Para permitir a comparação mantivemos a estrutura dos gráficos de 2007).

Assim, iremos comparar os sócios por *distrito*, por *estrutura etária* e por *género*.

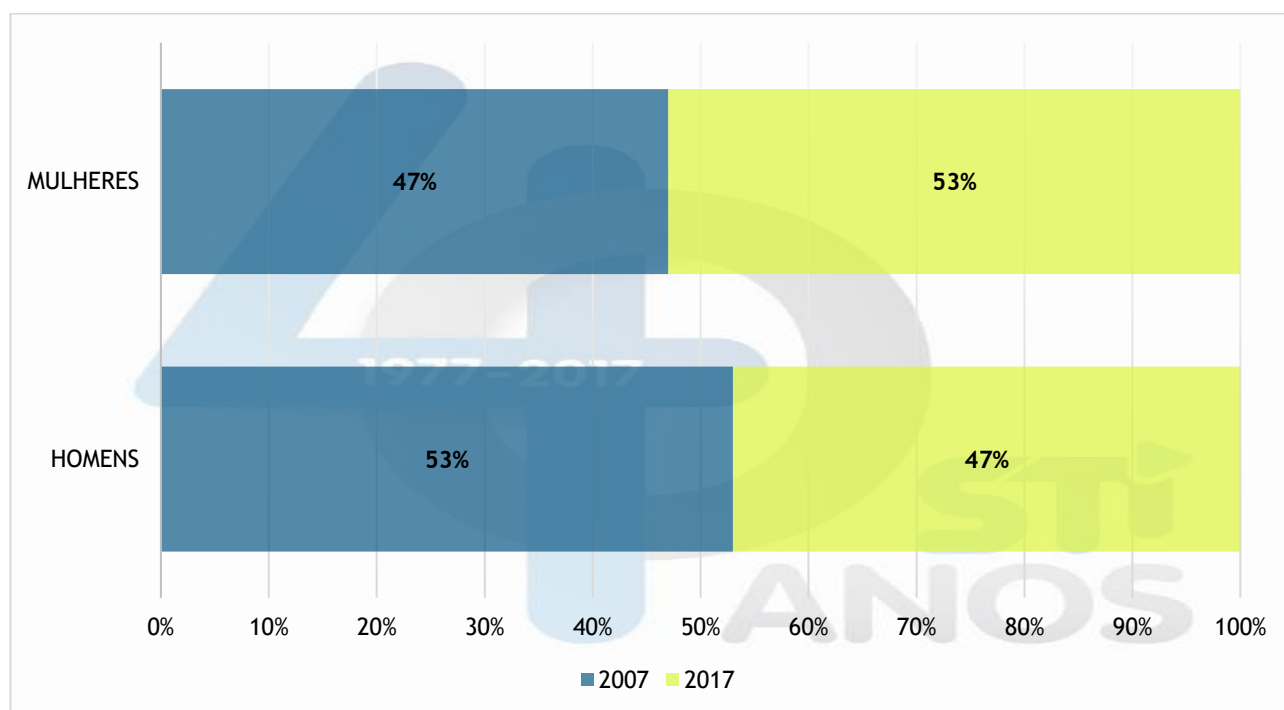
## SÓCIOS INSCRITOS POR DISTRITO | COMPARAÇÃO 2007 / 2017



Este gráfico demonstra bem o crescimento do STI nos últimos 10 anos, mas também é elucidativo da desertificação dos distritos do interior os quais têm perdido sócios, fundamentalmente porque têm perdido trabalhadores.

Destacamos nesta comparação, por exemplo, o crescimento na Madeira em que o aumento do número de sócios foi de mais de 116%, em Lisboa onde ultrapassou os 60% e em Vila Real que ultrapassou os 38%.

### COMPARAÇÃO POR GÉNERO | 2007 2017

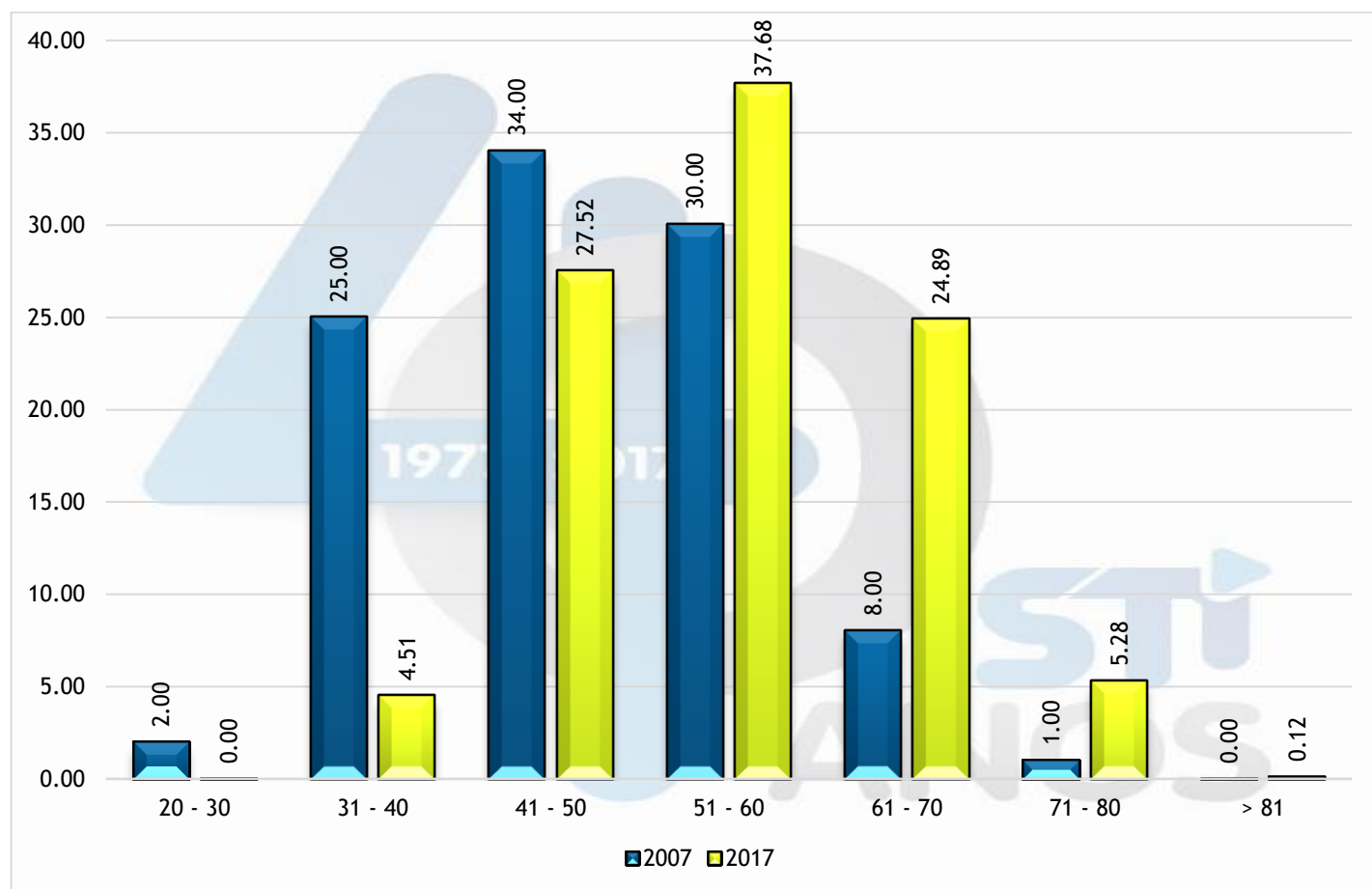


Relativamente à estrutura por género, é curioso o facto de esta se ter completamente invertido relativamente a 2007. Nessa altura os sócios eram maioritariamente homens (53%), hoje é exatamente ao contrário, são as mulheres que representam 53% dos sócios do STI.

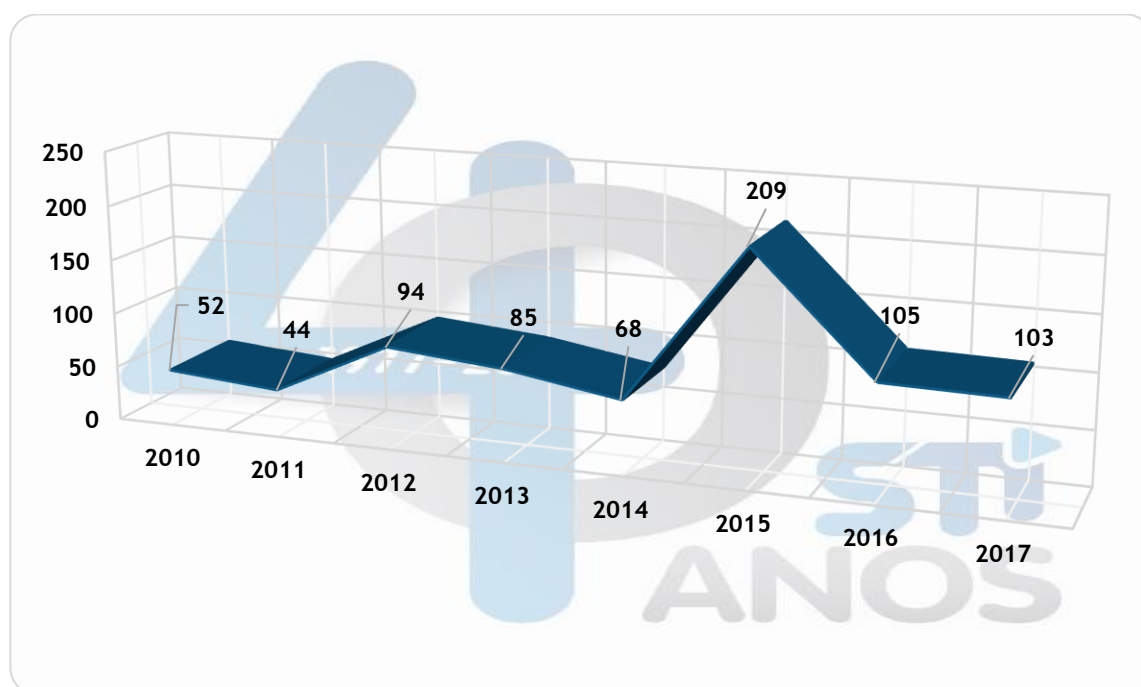


## COMPARAÇÃO POR ESTRUTURA ETÁRIA | 2007 2017

Em 2007, 25% dos Sócios tinham entre 31 e 40, hoje, nessa faixa etária, temos 4.51% dos Sócios. Igualmente diminuíram os Sócios na faixa etária dos 51 a 60 anos, de 34,00% para 27,52%. Já na faixa etária dos 51 a 60 anos aumentou de 30,00 % para 37,68 % e na faixa dos 61 a 70 anos aumentou de 8,00 para 24,89 %! Em contrapartida na faixa etária dos 20 a 30 anos é agora de 0%!



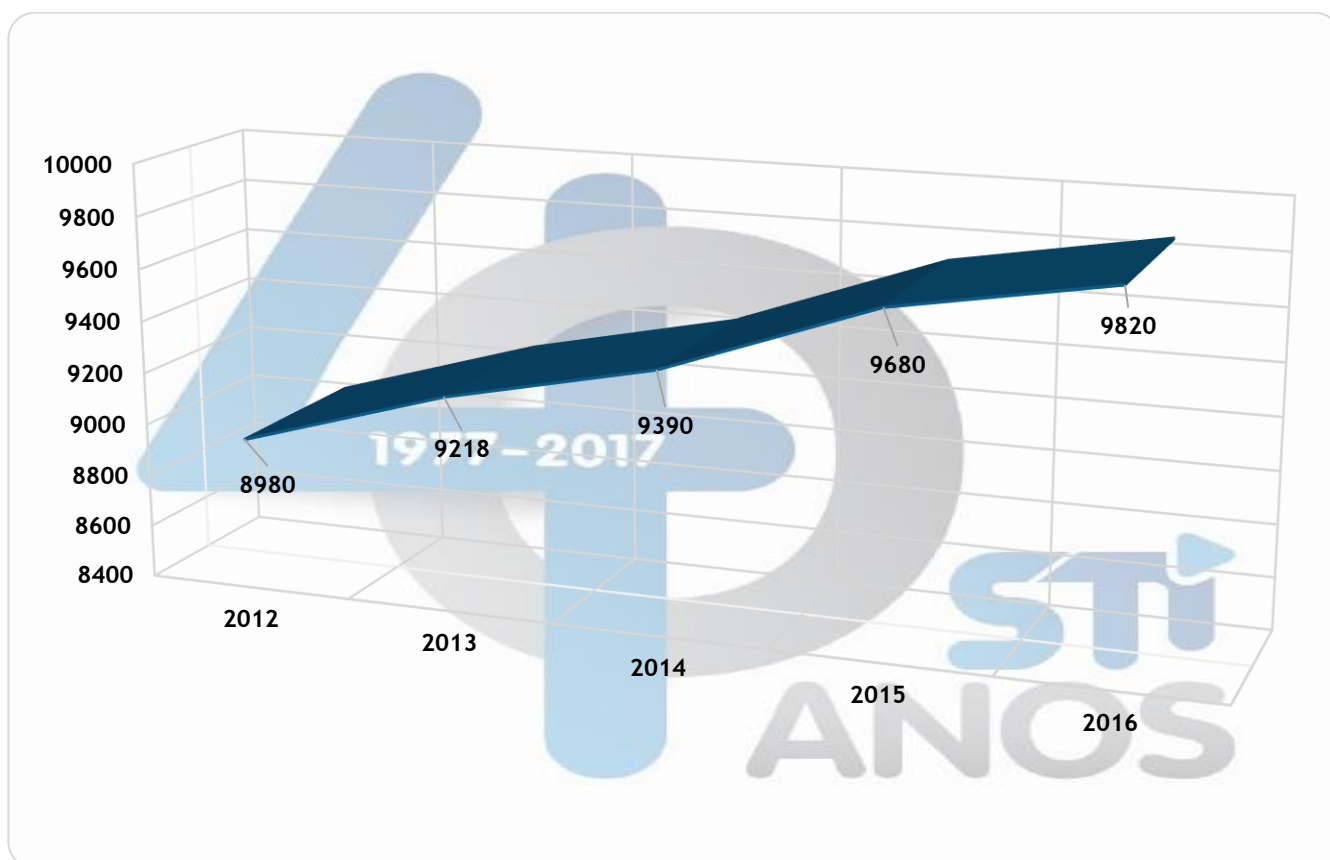
## COMPARAÇÃO DAS INSCRIÇÕES NO PRIMEIRO TRIMESTRE | 2010 - 2017



*Excluindo o ano de 2015, ano em que se iniciou o estágio para Inspectores Tributários, o crescimento no primeiro trimestre, em 2016 e 2017 está claramente acima da média dos anos de 2010 a 2014. Isto, apesar de não terem havido admissões para a Autoridade Tributária, como é sabido.*

*Se dúvidas houvesse, esta era mais uma prova do crescimento sustentado do STI nos últimos anos.*

## COMPARAÇÃO DOS SÓCIOS ATIVOS A 31 DE DEZEMBRO | 2012 - 2016



Também aqui se demonstra que o STI tem crescido de forma sustentada e permanente.

Há 20 anos, nas comemorações do 20.º Aniversário do STI, o Prof. Sousa Franco, á data Ministro das Finanças, efetuou uma intervenção, que poderia muito bem ser efetuada no 40.º aniversário e de que destacamos alguns aspetos pela atualidade:

“... Quanto às carreiras profissionais, a gestão dos recursos humanos é complexa (...) não apenas ou não tanto pelo número de funcionários, mas pelo facto de existirem cerca de uma vintena de carreiras, é imperioso reestruturar esta situação.

(...)

O sistema remuneratório tem que ser visto, mas desde já menciono os prémios de produtividade financiados pelo Fundo de Estabilização Tributária, perfeitamente homólogo do Fundo de Estabilização Aduaneira, acerca do qual tenho lido os maiores disparates e os comentários mais exorcizados na comunicação social. Foi uma luta criar este fundo contra uma maioria de bloqueio dos 3 partidos da oposição na Assembleia da República e agora na Comunicação Social, onde este casamento perverso da sociedade portuguesa, da ignorância de muitos com a má-fé de alguns e em matéria fiscal isso actua sempre muito, faz uma descrição do Fundo de Estabilização Tributária que não tem nada que ver com a realidade. (...) Note-se que, em 1989, ninguém falou do Fundo de Estabilização Aduaneira. Porquê? Porque não havia medo de que a Administração Fiscal lutasse contra a evasão fiscal e agora há. É esta a razão.

O Fundo de Estabilização Tributária é um primeiro passo para alterar as condições de exercício do Estatuto dos Trabalhadores dos Impostos no plano remuneratório e é por isso que está a ser tão atacado, porque interesses de sectores importantes dos grupos económicos, interesses que predominam em partidos da oposição muito importantes que, nem fizeram nada, nem agora deixam fazer, interesses que dominam todo o sistema de comunicação da sociedade portuguesa, passo a passo, bloqueiam tudo aquilo que representa uma tentativa de luta contra a fraude e contra a evasão fiscal.”

Há 20 anos, como hoje, continua a luta de que o Prof. Sousa Franco falava, para fragilizar a Administração Fiscal e o combate á fraude e á evasão fiscal.

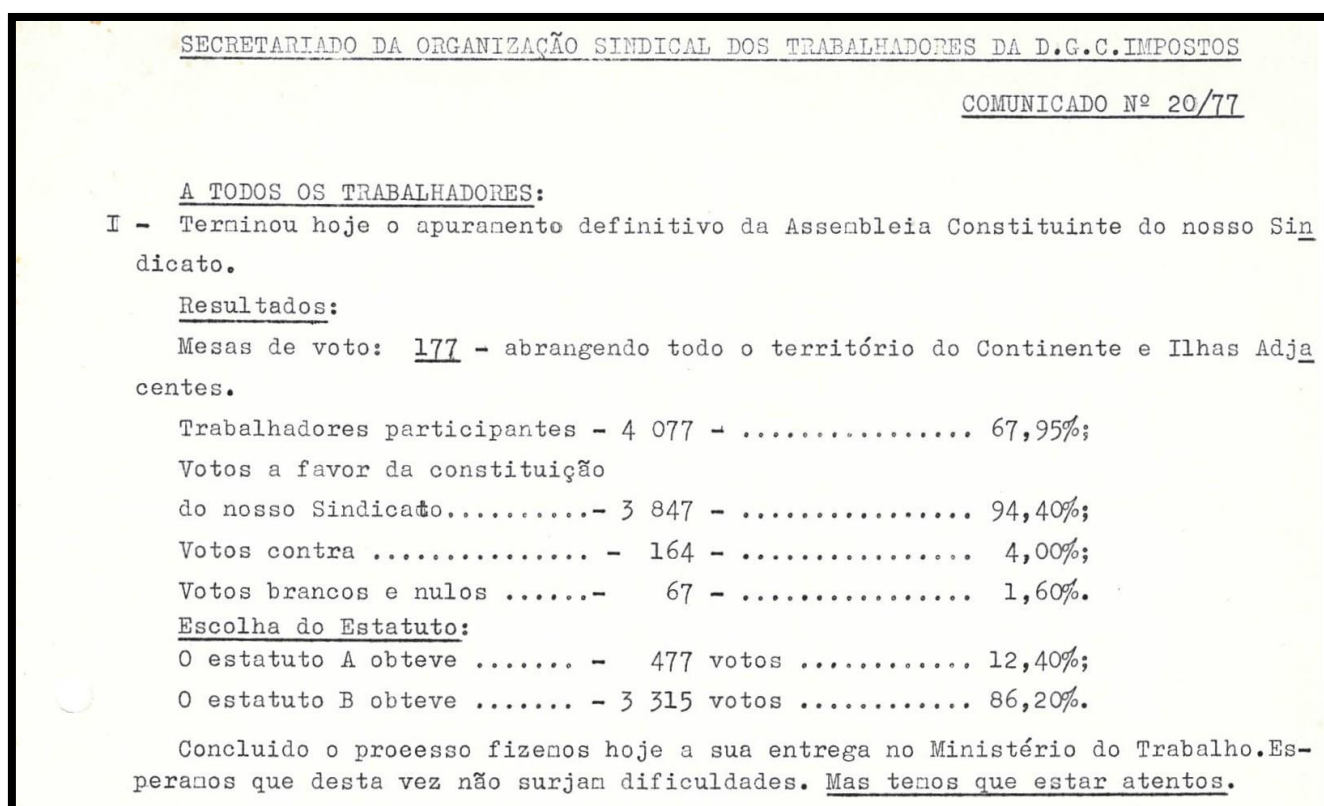


## ASSEMBLEIA CONSTITUINTE

Em 22 de abril de 1977, pelo Comunicado N.º 20/1977 o Secretariado informava que tinha sido aprovado por 94,40% dos trabalhadores tinham aprovado a constituição do então “SINDICATO DOS TRABALHADORES DA DIREÇÃO-GERAL DAS CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS”, tendo sido entregue nesse mesmo dia no Ministério do Trabalho o processo para o registo.

Pelo ofício n.º 1066.T/7, da 3.ª Repartição da Direcção Geral do Trabalho, era o Secretariado informado que o Sindicato tinha sido registado, por despacho de 11 de maio do Diretor-Geral do Trabalho.

Terminava aqui um processo que durou quase 4 anos e que não foi fácil.





*O STI está a desenvolver, ao longo de 2017, um conjunto de iniciativas integradas nas comemorações do seu 40.º aniversário.*

*Do programa constam as seguintes iniciativas:*

- STI 04 março – Caminhada Lagoa, Faro**
- STI 10 março – Colóquio “Saúde no trabalho, gestão do stress e motivação” - UAL, Lisboa**
- STI 24 março - Conferência “Os novos desafios da fiscalidade”- IPL, Leiria**
- STI 31 março – Conferência “Sistema fiscal próprio da RAM”, Madeira**
- STI 01 abril – Caminhada Mértola, Beja**
- STI 01 abril – Caminhada Ilha Terceira, Açores**
- STI 23 abril – Gala de abertura das comemorações do 40.º aniversário | II Mostra Coletiva de Pintura de Trabalhadores dos Impostos - Fórum Municipal Luísa Todi, Setúbal**
- STI 06 maio – Caminhada Viana do Alentejo, Évora**
- STI 11 maio – ANIVERSÁRIO: Conferência “O futuro da Autoridade Tributária e Aduaneira”, Fundação Calouste de Gulbenkian, Lisboa**
- STI 19 a 21 maio – Encontro Nacional de Sócios Aposentados, Viseu**
- STI 03 junho – Caminhada, Braga**
- STI 10 junho – Encontro Regional de Sócios e Caminhada, Madeira**
- STI 25 junho – Caminhada, Serra da Estrela, Guarda**
- STI 02 setembro – Caminhada, Ilha do Pico, Açores**
- STI 09 setembro – Caminhada, Leiria**
- STI 16 setembro – Caminhada Arrábida, Setúbal**
- STI 23 setembro – Caminhada Lezíria do Tejo, Lisboa**
- STI 29 setembro – Conferência “Simplex”, ISMAI, Porto**
- STI 20 outubro – Conferência “A Responsabilidade Extracontratual dos Funcionários” – ISCIA, Aveiro**

## COLÓQUIO: “SAÚDE NO TRABALHO, GESTÃO DO STRESS E MOTIVAÇÃO”

10 DE MARÇO / UAL, LISBOA

O STI – Sindicato dos Trabalhadores dos Impostos realizou, com a colaboração da UNIVERSIDADE AUTÓNOMA DE LISBOA, a 5ª edição do Colóquio alusivo ao tema “Saúde no Trabalho – Gestão do Stress e Motivação”, no dia 10 DE MARÇO DE 2017, no Auditório do Metro de Lisboa.

No âmbito da parceria existente com o IMT – Instituto de Medicina Tradicional, foram ao longo do dia efetuados rastreios gratuitos de Acupunctura e Osteopatia



**STI SINDICATO DOS TRABALHADORES DOS IMPOSTOS**

**UNIVERSIDADE AUTÓNOMA DE LISBOA**

**5ª EDIÇÃO**

**COLÓQUIO**

**SAÚDE NO TRABALHO**

**Gestão do Stress e Motivação**

**LISBOA – 10 DE MARÇO**

**AUDITÓRIO DA UAL – UNIVERSIDADE AUTÓNOMA DE LISBOA**

**PROGRAMA**

**MEDICINA NO TRABALHO E SHT**  
PSICOPATOLOGIAS OCUPACIONAIS  
PREVENÇÃO E GESTÃO DE RISCOS

«Locais de trabalho seguros e saudáveis são bons para as organizações, para os trabalhadores e para a sociedade. Contudo, é fácil descurar estes factos quando a pressão dos prazos ou dos objetivos de produção se faz sentir. Nesses momentos é mais importante do que nunca ter consciência dos riscos presentes no local de trabalho, em vez de tratar a segurança e a saúde como “imposições burocráticas”.»

EU-OSHA – Agência Europeia para a Segurança e Saúde no Trabalho

MAIS INFO EM [WWW.STIMPOSTOS.PT](http://WWW.STIMPOSTOS.PT)

INSCRIÇÕES GRATUITAS  
MAS OBRIGATORIAS PARA  
formacao@stimpostos.pt

AUTOFORMAÇÃO PARA SÓCIOS DO STI

**SAÚDE, DOENÇA E TRABALHO**  
Aurora Sousa Lima – Médico do Trabalho,  
Professor de Saúde Ocupacional na ENSP -  
Escola Nacional de Saúde Pública

**SHT – SEGURANÇA E HIGIENE NO  
TRABALHO E LEGISLAÇÃO EM  
VIGOR**  
Cristina Santos – Docente do ISLA Leiria,  
Advogada

**STRESS NO TRABALHO**  
Aurora Sousa Lima – Professora Associada com  
Agregação na Universidade de Aveiro

**O PAPEL DA ACT: AUTORIDADE PARA  
AS CONDIÇÕES DO TRABALHO**  
Carlos Jorge Pereira – Diretor de Serviços  
para a Promoção da Segurança e Saúde no  
Trabalho – ACT

**COMUNICAR COM PNL PARA REDUZIR O  
STRESS**  
Carlos Baltazar – Master e Trainer em PNL

**CIÊNCIA DO SORRISO E  
GINÁSTICA LABORAL**  
Cristina Baptista – Médica Dentista,  
Autora e Presidente da Associação  
Sorris

**MODERADO POR:**  
Odete Nunes – Diretora do Departamento de  
Psicologia e Sociologia e Coordenadora  
Científica do CIP – UAL





## CONFERÊNCIA: “OS NOVOS DESAFIOS DA FISCALIDADE”

**24 DE MARÇO | IPL, LEIRIA**

Subordinado ao tema: OS NOVOS DESAFIOS DA FISCALIDADE, realizou-se no Instituto Politécnico de Leiria uma conferência que contou com a colaboração do Dr. António Martins e do Dr. Jesuino Alcantara Martins.



### CONFERÊNCIA

## OS NOVOS DESAFIOS DA FISCALIDADE

**24 MARÇO – INSTITUTO POLITÉCNICO DE LEIRIA**

**PROGRAMA**

**09:00** – Recepção aos Participantes

**09:45** – Abertura e Moderação por Leonel Frazão – Presidente da Direção Distrital do STI, Leiria

**10:00 às 12:30** Benefícios Fiscais ao investimento empresarial em sede de IRC  
**António Martins** - Docente Universitário, Membro da Comissão para a Reforma do IRC 2013 Membro do Painel de Peritos Fiscais Externos do FMI

**12:30** – ALMOÇO LIVRE

**14:00 às 16:30** –As providências cautelares e as garantias dos créditos do Estado  
**Jesuino Alcantara Martins** - Professor Especialista no ISCAL - Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa

**16:30** – Os 40 anos do STI - DN  
**17:00** – Encerramento por Paulo Ralha – Presidente da Direção Nacional do STI

Intervalo às 11:00 e às 15:30






INSCRIÇÕES: [geral@stipostos.pt](mailto:geral@stipostos.pt) OU [sti.leiria@gmail.com](mailto:sti.leiria@gmail.com)



## CONFERÊNCIA: “SISTEMA FISCAL PRÓPRIO DA RAM”

**31 DE MARÇO | MADEIRA**

**CONFERÊNCIA**  
**SISTEMA FISCAL PRÓPRIO PARA A**  
**REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA**  
**31 MARÇO – AUDITÓRIO DO CENTRO CÍVICO DO ESTREITO DE**  
**CÂMARA DE LOBOS**

**PROGRAMA**

**14:00** – Recepção aos Participantes por **Nuno Borges** – Presidente da Direção Regional do STI Madeira

**14:15** – Abertura e Moderação por **José Medeiros** – Presidente da Mesa Coordenadora do STI

**14:30 – Primeiro Painel**  
**Rui Gonçalves** – Secretário Regional das Finanças e da Administração Pública  
**Pedro Coelho** – Presidente da Câmara Municipal de Câmara de Lobos  
**Lina Camacho** – Diretora Regional da Autoridade Tributária e Assuntos Fiscais da RAM

**16:15 – Segundo Painel**  
**João Machado** – Administrador da SDM – Sociedade de Desenvolvimento da Madeira  
**Brício Martins de Araújo** – Presidente do Conselho Regional da Madeira da Ordem dos Advogados  
**António Almeida** – Coordenador do Centro de Estudos de Economia Aplicada do Atlântico – UMA

**17:30** – Encerramento por **Paulo Ralha** – Presidente da Direção Nacional do STI

**40 ANOS**  
 1977-2017

**CÂMARA DE LOBOS**

**INSCRIÇÕES:** [geral@stimpuestos.pt](mailto:geral@stimpuestos.pt) OU [stimadeira@gmail.com](mailto:stimadeira@gmail.com)

Subordinado ao tema: “SISTEMA FISCAL PRÓPRIO PARA A REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA”, realizou-se no dia 31 de março, no Auditório do Centro Cívico do Estreito de Câmara de Lobos, uma conferência integrada nas Comemorações do 40.º Aniversário do STI e que contou entre outros com os seguinte oradores:

**STI** Dr. Rui Gonçalves, Secretário Regional das Finanças e Administração Pública.

**STI** Pedro Coelho, Presidente da Câmara Municipal de Câmara de Lobos.

**STI** Dra. Lina Camacho, Diretora Regional da AT.





## II MOSTRA COLETIVA DE PINTURA DE TRABALHADORES DOS IMPOSTOS

23 DE ABRIL | FÓRUM MUNICIPAL LUÍSA TODI, SETÚBAL



**II MOSTRA COLECTIVA  
DE PINTURA  
DE TRABALHADORES DOS IMPOSTOS**

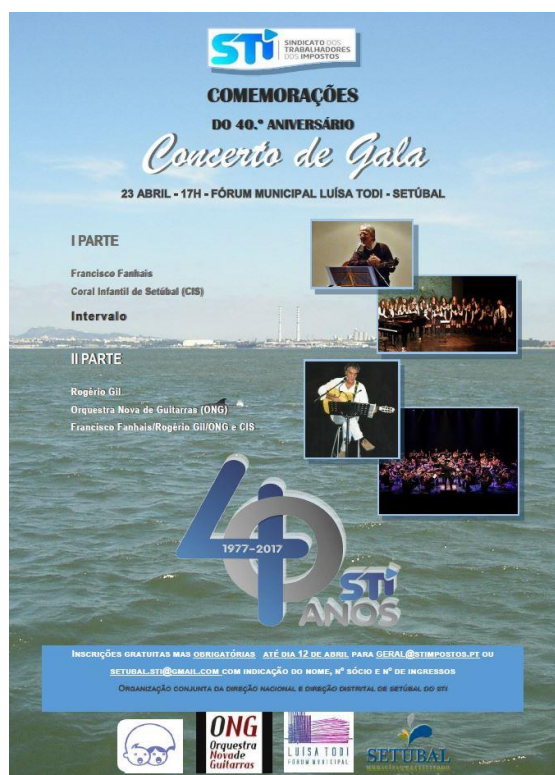
**FORUM MUNICIPAL LUISA TODI**

**40 ANOS** 1977-2017

 <b>ANA MONTEIRO</b>	 <b>DELFINA DUARTE</b>	 <b>JOÃO PAULO CARNEIRO</b>
 <b>JOAQUIM ASSUNÇÃO</b>	 <b>JOAQUIM OLIVEIRA</b>	 <b>JOSÉ SEQUEIRA</b>
 <b>AMÉLIA RAMOS</b>	 <b>AMÉRICO MAGALHÃES</b>	 <b>ANA MARTINS</b>
 <b>JOSÉ SERÓDIO</b>	 <b>MANUELA PINTO</b>	 <b>VITOR ALVES</b>

## GALA DE ABERTURA DAS COMEMORAÇÕES DO 40.º ANIVERSÁRIO

**23 DE ABRIL | FÓRUM MUNICIPAL LUÍSA TODI, SETÚBAL**





***Das iniciativas agendadas destacamos:***

**CONFERÊNCIA: “O FUTURO DA AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA”**

**11 DE MAIO | FUNDAÇÃO CALOUSTE DE GULBENKIAN, LISBOA**



- 09h30m** Boas Vindas  
Paulo Ralha - *Presidente do STI*
- 09h40m** Sessão de Abertura  
Modernização da AT: Os caminhos que se seguem  
Rocha Andrade - *Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais*
- 10h00m** Pausa para café
- 10h15m** I Painel  
Tendências fiscais na EU  
António Carlos dos Santos - *Jurisconsulto e Professor da UAL. Foi Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais*  
A AT como função nuclear do Estado  
Eduardo Paz Ferreira - *Advogado e Jurisconsulto, Professor Catedrático da Faculdade de Direito de Lisboa*  
Moderação - *Elisabete Miranda, Jornal de Negócios*
- 12h30m** Intervalo para almoço
- 14h30m** II Painel  
A gestão dos recursos humanos como fator para o sucesso  
Paulo Macedo - *Presidente da Comissão Executiva da CGD. Foi Diretor-Geral dos Impostos*  
Investimento e retorno da reforma da justiça tributária  
João Amaral Tomaz - *Administrador - Banco de Portugal. Foi Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais*  
A crise da justiça tributária portuguesa  
Sérgio Vasques - *Professor na Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa. Foi Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais*  
Moderação - *Victor Costa, Jornal Público*
- 16h45m** Pausa para café
- 17h00m** Sessão de Encerramento  
Mário Centeno - *Ministro das Finanças*
- 17h30m** Encerramento

*Falar sobre o STI é também, e principalmente, falar dos muitos benefícios que este concede aos seus Sócios, assim, iremos de seguida, descrever esses benefícios que se estendem pelas mais diversas áreas, dando particular destaque ao APOIO NA DOENÇA:*

---

## APOIO NA DOENÇA

---

O STI – SINDICATO DOS TRABALHADORES DOS IMPOSTOS, desde, pelo menos, 1982 que tem uma preocupação acrescida com o apoio aos seus sócios e membros do agregado familiar na saúde. Esse apoio tem-se consubstanciado através de:

**STI FUNDO DE AÇÃO SOCIAL**

**STI SEGURO DE SAÚDE**

**STI ASSISTÊNCIA MÉDICA DO SINDICATO DOS FUNCIONÁRIOS JUDICIAIS**

---

### FUNDO DE AÇÃO SOCIAL

---

O STI – SINDICATO DOS TRABALHADORES DOS IMPOTOS, desde muito cedo que se preocupou com o apoio na doença aos seus Sócios e membros do agregado familiar. Há mais de trinta anos que iniciou um processo para implementar, de forma sustentada, mecanismos de apoio aos Sócios.

Assim no Congresso de 1982, foi criado o Fundo de Emergência. Este Fundo foi implementado em 1985. O Fundo de Ação Social, sucedâneo do anterior, foi criado em 1987 e, apoia os Sócios, na doença, há praticamente 30 anos. Esta não é uma “obra” de uma Direção, de um ou dois mandatos, é “obra” de todos os Sócios e de todos os dirigentes sindicais do STI.



O Fundo de Ação Social, é um serviço fundamental de apoio aos sócios. **Este fundo já concedeu, desde a sua criação, mais de quatro milhões e trezentos mil euros de empréstimos.** Este número fala por si! Foram concedidos mais de 1966 empréstimos a Sócios para acorrer a situações de doença, em muitos casos situações dramáticas, dos próprios ou de membros do seu agregado familiar. **Foi o FAS que, de forma definitiva, acabou com a humilhação, que os Trabalhadores dos Impostos mais antigos ainda se lembrarão, de serem efetuados "peditórios" a nível nacional para ajudar Trabalhadores a realizar ações clínicas que, de outra forma, não tinham outra possibilidade de realizar.**

Ainda recordamos o primeiro empréstimo concedido pelo Fundo de Emergência, em 1985, a um Sócio do distrito de Faro, que tinha uma doença rara nos olhos, que, á data não era tratada em Portugal, e que o iria deixar invisual. Os tratamentos que efetuou em Londres, com o apoio do Fundo de Emergência, permitiram-lhe inverter esta situação e manter a qualidade de vida. Estes são os pequenos “nadas” que tornaram este apoio fundamental.

Não é despiendo afirmar que estes empréstimos são concedidos sem qualquer juro ou encargo associado. Os Sócios só pagam o valor do empréstimo que contraíram.

Todos os sócios, no pleno gozo dos seus direitos, podem beneficiar deste fundo, quer a nível de subsídios a fundo perdido, quer de empréstimos sem juros.

Constituem objetivos do FAS:

-  A atribuição de comparticipações destinadas a minimizar as despesas e encargos que os Sócios hajam de suportar com a assistência à saúde dos próprios e do seu agregado familiar;
-  A atribuição de comparticipações equivalentes às perdas de vencimentos sofridas, em consequência de faltas por motivos de doença do próprio, ou de assistência a familiares.



- STI** O apoio financeiro a conceder para fazer face a situações graves e de emergência no domínio da saúde, mediante empréstimo reembolsável.
- STI** O pagamento de um Seguro de Doença aos sócios, nos termos em que vier a ser acordado pela Direcção Nacional, com as Companhias Seguradoras.

## **A - APOIO DE EMERGÊNCIA**

O Apoio de Emergência destina-se a proporcionar aos sócios, cônjuge, dependentes e ascendentes a seu cargo, através de empréstimo, os meios financeiros necessários para suportar as despesas com a assistência à saúde em casos graves ou de urgência, tais como:

- STI** Intervenções cirúrgicas;
- STI** Tratamento médico-cirúrgico ou consultas médicas no estrangeiro;
- STI** Internamento hospitalar de urgência em clínicas privadas, sem acordo com a ADSE ou outro sub-sistema de assistência na doença;
- STI** Tratamento ambulatorio em clinicas especializadas ou tratamento especializado com internamento;
- STI** Tratamento e recuperação de acidente que cause incapacidade temporária do trabalho e grave perturbação económica no orçamento familiar.

**NOTA:** Abrange despesas diretas – médicas, medicamentosa, hospitalares e, também, despesas indiretas, p e., viagens, estadias do próprio e acompanhante, quando estritamente necessárias.

## **B - MEIOS AUXILIARES DE DIAGNÓSTICO, TRATAMENTOS, AQUISIÇÃO DE PRÓTESES OU ORTÓTESES**

**O Sócio, cônjuge, dependentes e ascendentes** a seu cargo que tenham necessidade de recorrer aos meios abaixo designados, cujo preço global exceda 3 unidades de conta, poderão utilizar os benefícios do Fundo de Apoio Imediato desde que reúnam as condições referidas no artº 14º.

**STI** MEIOS AUXILIARES DE DIAGNÓSTICO, nomeadamente: angiografia, tomografia, ecografia, ecotomografia, xerografia, electrocardiograma, electroencefalograma, check-up, análises clínicas e outros;

**STI** TRATAMENTOS, nomeadamente: estomatologia, psiquiatria, psicologia, fisioterapia e outros;

**STI** AQUISIÇÃO DE PRÓTESES OU ORTÓTESES, nomeadamente: auditivas, dentárias, oculares, ortopédicas e outras.

### **C - RECUPERAÇÃO DO VENCIMENTO PERDIDO POR DOENÇA**

Os sócios que se encontrem na situação de faltas por motivos de doença do próprio, ou de assistência a familiares **terão direito à obtenção de uma comparticipação equivalente, no máximo, ao montante de 50% das quotas que pagaram no ano civil anterior ao pedido.**

Face á alteração legislativa que modificou as regras sobre recuperação do vencimento perdido em caso de doença, temos consciência que esta é uma pequeníssima ajuda, longe portanto de repor os valores perdidos quando deles mais necessitaríamos, não deixa contudo de sinalizar da parte do STI a preocupação com a assistência na doença dos seus sócios.

### **D – COMPARTICIPAÇÃO NA DOENÇA**

**Aos Sócios, cônjuges ou dependentes**, que padeçam de enfermidade considerada crónica, nomeadamente, asmáticos, diabéticos, cardíacos, do foro oncológico, psiquiátrico ou nefrológico, ser-lhes-á prestado apoio financeiro através de comparticipações nas despesas medicamentosas e de consultas médicas, na parte não reembolsável pelo Seguro de Doença, pela ADSE, nem por qualquer outro serviço de assistência na doença.

## INQUÉRITO AOS SÓCIOS QUE RECORRERAM AO FAS

Solicitámos aos Sócios do STI que recorreram ao Fundo de Ação Social, a apreciação do FAS em vários aspetos, das respostas já recebidas (164) tiramos algumas conclusões, que nos parecem ser bem demonstrativas da importância que este Fundo tem para os Sócios.

### 1. FUNDO DE AÇÃO SOCIAL – SERVIÇO

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO	1	2	3	4	5
Organização	4	0	2	56	100
Facilidade de acesso ao FAS	4	0	5	51	102
Facilidade de preenchimento do impresso	4	0	8	59	91
Facilidade de apresentação da documentação de suporte ao pedido	4	0	13	55	89
Eficácia	3	0	4	32	119
Celeridade da decisão	3	1	4	28	122
Tempo que mediou entre a entrada do pedido no STI e a disponibilização da verba	4	1	4	38	114
Informação disponível no site e/ou outros meios de comunicação	4	3	14	79	58
Meios usados para envio/receção de documentos	4	0	11	65	80
Qualidade Global	4	0	3	47	106

#### Legenda:

- (1) - Muito insatisfeito
- (2) - Insatisfeito
- (3) - Nem satisfeito, nem insatisfeito
- (4) - Satisfeito
- (5) - Muito Satisfeito

Dos resultados supra, destacamos os seguintes resultados:

#### FACILIDADE DE ACESSO O FAS:

153 dos Sócios que responderam (responderam a esta questão 162 Sócios), consideram-se MUITO SATISFEITOS E SATISFEITOS

#### CELERIDADE NA DECISÃO:

150 dos Sócios que responderam (responderam a esta questão 158 Sócios), consideram-se MUITO SATISFEITOS E SATISFEITOS

#### TEMPO QUE MEDIOU ENTRE A ENTRADA DO PEDIDO NO STI E A DISPONIBILIZAÇÃO DA VERBA

152 dos Sócios que responderam (responderam a esta questão 161 Sócios), consideram-se MUITO SATISFEITOS E SATISFEITOS

#### QUALIDADE GLOBAL

153 dos Sócios que responderam (responderam a esta questão 160 Sócios), consideram-se MUITO SATISFEITOS E SATISFEITOS

## 2. FUNDO DE AÇÃO SOCIAL - RECURSOS HUMANOS

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO	1	2	3	4	5
Capacidade de esclarecimento	4	0	7	48	101
Capacidade de resolução de problemas	4	0	6	50	100
Competência e cortesia do pessoal administrativo	4	0	4	34	117
Interesse demonstrado pelo problema	4	0	4	35	112

#### COMPETÊNCIA E CORTESIA DO PESSOAL ADMINISTRATIVO

151 dos Sócios que responderam (responderam a esta questão 159 Sócios), consideram-se MUITO SATISFEITOS E SATISFEITOS

#### INTERESSE DEMONSTRADO PELO PROBLEMA

147 dos Sócios que responderam (responderam a esta questão 155 Sócios), consideram-se MUITO SATISFEITOS E SATISFEITOS

Estes resultados falam por si. O FUNDO DE AÇÃO SOCIAL, é, sem qualquer margem para dúvidas, fundamental para os Sócios do STI.

---

## SEGURO DE SAÚDE

---






Em 1991 o STI contratou o primeiro seguro de saúde, oferecido a todos os seus sócios, sem mais qualquer encargo que não seja a quota sindical, que cobria exclusivamente a Assistência Médica Hospitalar (Internamento Hospitalar e Intervenção Cirúrgica) e Parto.

Nesta altura a cobertura de internamento hospitalar tinha o **capital máximo anual por pessoa segura de 9.000,00€** para o parto o **capital máximo anual por pessoa segura era de 625,00€**.

Em 1994 o seguro de saúde foi alargado á Assistência Médica Ambulatória, consultas, tratamentos, exames complementares de diagnóstico, etc., começaram a ser também comparticipados.

Mantiveram-se, relativamente á Assistência Médica Hospitalar e Parto, os limites antes referidos. Para a Assistência Médica Ambulatória, o **capital máximo por ano por pessoa segura era de 500,00€**. Nesta altura esta garantia não cobria ainda, por exemplo, nem os medicamentos, nem a estomatologia.

Esta situação está, podemos afirma-lo, a “anos luz” da realidade atual, senão vejamos, atualmente o seguro de saúde cobre:

-  Internamento hospitalar;
-  Intervenção cirúrgica;
-  Parto (normal, cesariana ou intervenção involuntária de gravidez);
-  Consultas de clínica geral e especialidades;
-  Elementos auxiliares de diagnóstico;





**STI** Assistência hospitalar em regime externo;

**STI** Tratamentos;

**STI** Medicamentos;

**STI** Estomatologia;

**STI** Fisioterapia.

Nos últimos cinco anos foram introduzidas importantes alterações no Seguro de Saúde, das quais destacamos:

O seguro de saúde deixou de ter limite de idade (era até 75 anos para os sócios e 70 para os cônjuges), quer para os sócios, enquanto mantiverem o vínculo ao STI, quer para os respetivos cônjuges (ou equiparados). **Esta é uma alteração que consideramos fundamental pois aos 75 anos, quando eventualmente os sócios mais precisariam do Seguro de Saúde, deixavam de poder usufruir dele;**

A cobertura para o internamento hospitalar aumentou de 13.500, em 2008, para 32.500 euros, em 2017;

O capital de consultas, tratamentos e exames passou de 2.000 para 2.200 euros;

O sublimite de fisioterapia passou de 100 para 250 euros;

O capital de estomatologia passou de 200 para 250 euros, com redução da franquia anual de 52,5 para 50 euros;

A franquia anual de ambulatório foi reduzida de 55 para 50 euros;

Deixou de haver limite de idade para os filhos, e

Os netos dos Sócios passaram a poder também integrar o Seguro de Saúde.

## ATUAL QUADRO DE GARANTIAS, CAPITAIS E FRANQUIAS

O seguro de saúde STI/MÉDIS, funciona em complementaridade com o subsistema de segurança social da ADSE, ou com outro, no caso de membros do agregado familiar não beneficiários deste.

COBERTURAS	CAPITAIS (Euros)	COMPARTICIPAÇÃO (%)
<b>HOSPITALIZAÇÃO</b>	<b>32.500,00</b>	<b>90 / 95*</b>
Intervenção cirúrgica		K máx. € 6,75
Outras Despesas Hospitalares		
Assistência Hospitalar Regime Externo		
Sub-Limite Litotricia	1.300,00	
<b>PARTO</b>	<b>1.000,00</b>	<b>95 / 100*</b>
Parto Normal		K máx. € 6,75
Cesariana		
Interrupção Involuntária da Gravidez		
<b>AMBULATÓRIO</b>	<b>2.200,00</b>	<b>80 / 85*</b>
Franquia anual / Pessoa Segura € 50,00		
Co-pagamento consulta Domicilio - € 30,00 (***)		
Máximo por consulta € 31,00 (****)		
Fisioterapia / Tratamento	250,00	
<b>ESTOMATOLOGIA</b>	<b>250,00</b>	<b>80 / 90*</b>
Franquia anual por Pessoa Segura € 50,00		
<b>MEDICAMENTOS</b>	<b>150,00</b>	<b>50</b>
Medicamentos com prescrição:		
✓ Participado pelo SNS/ADSE		
✓ Participados medicamentos apenas com valor igual ou superior a € 3,75		
<b>PRÓTESES E ORTÓTESES</b>	<b>300,00</b>	<b>80 / 90*</b>
Franquia anual por Pessoa Segura € 40,00		
Optometria / Visão (**)		
Aros	75,00	
Lentes	75,00	
Lentes de contacto	150,00	

(\*) Percentagem de reembolso a aplicar após comparticipação prévia da ADSE.

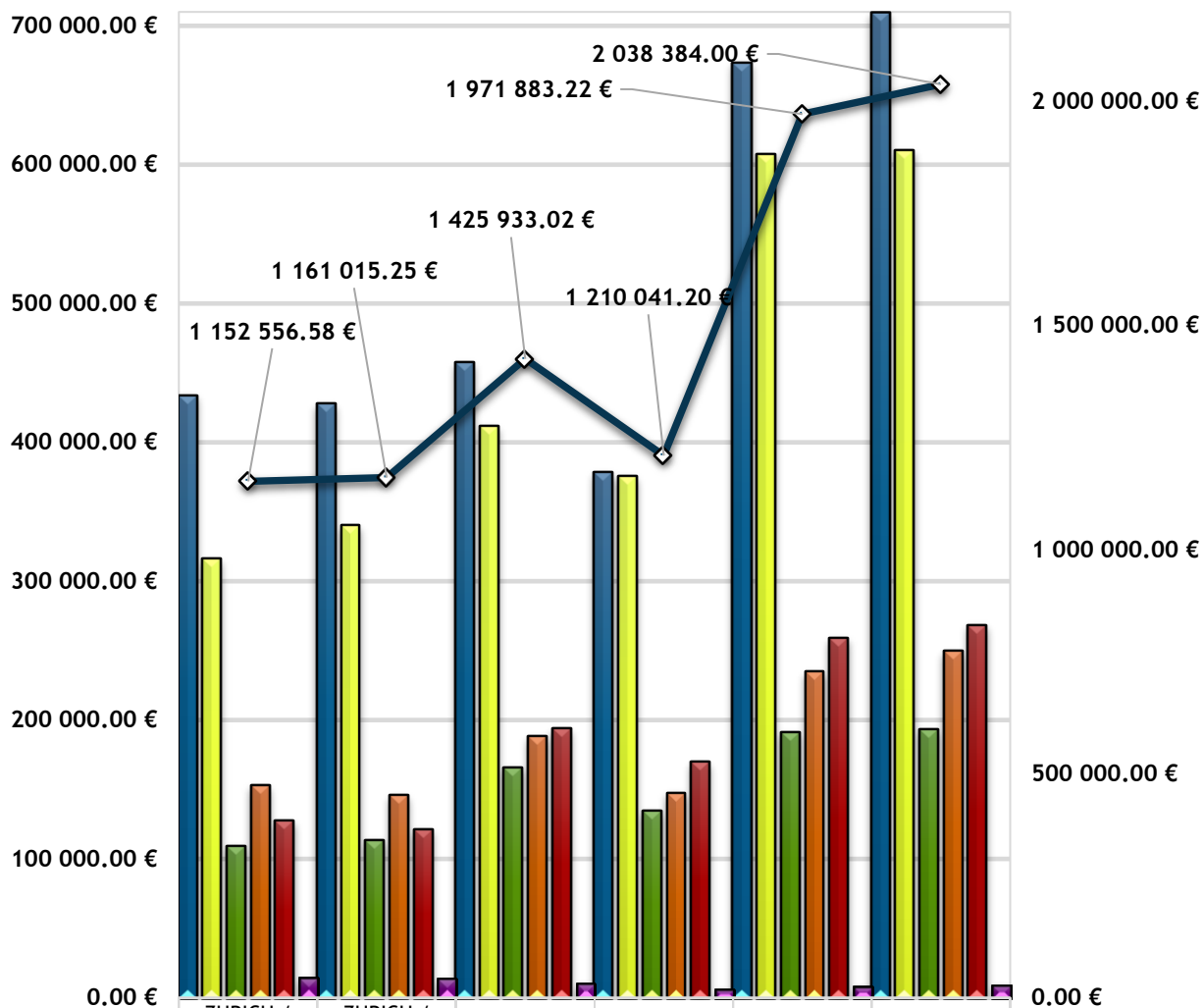
(\*\*) Aceitam-se prescrições de optometristas

(\*\*\*) Exclusivamente no âmbito do serviço de assistência em Portugal

(\*\*\*\*) Máximo por consulta, exclusivamente para despesas que não têm comparticipação prévia da ADSE. O mesmo funcionamento sucede com outros subsistemas de que as Pessoas Seguras possam beneficiar

Na anuidade 2016, última completa, foram pagos de indemnizações mais de dois milhões de euros (2.038.384,00€). Nos últimos seis anos este valor ascendeu a quase nove milhões de euros (8.959.813,72€) a título de indemnizações.

**Se considerarmos que o seguro é complementar à ADSE e que grande parte daquela verba teria sido suportada pelos Sócios, reduzindo assim ainda mais o seu rendimento familiar ou teriam de aguardar para poderem ser atendidos no Serviço Nacional de Saúde, aquele valor é bem a demonstração da importância do Seguro de Saúde para os Sócios do STI e seu agregado familiar:**



	ZURICH / MÉDIS 2010/11	ZURICH / MÉDIS 2011/12	VITÓRIA 2012/13	MÉDIS 2013/14	MÉDIS 2014/15	MÉDIS 2016
INTERNAMENTO HOSPITALAR	433 681.24 €	427 531.12 €	457 112.81 €	378 107.39 €	673 177.59 €	709 013.00 €
CONSULTAS, TRATAMENTOS E EXAMES	315 699.69 €	339 925.21 €	411 575.01 €	€375 106.22	607 005.37 €	609 968.00 €
MEDICAMENTOS	109 297.60 €	113 228.62 €	165 706.06 €	€134 218.89	190 783.42 €	192 957.00 €
ÓCULOS E OUTRAS PRÓTESES	152 561.82 €	145 470.27 €	187 932.87 €	€147 263.04	234 741.53 €	249 437.00 €
ESTOMATOLOGIA	127 425.39 €	121 220.01 €	193 634.38 €	€169 607.80	258 618.63 €	268 264.00 €
PARTO	13 890.84 €	13 640.02 €	9 971.89 €	€5 737.86	7 556.68 €	8 745.00 €
TOTAL	1 152 556.58 €	1 161 015.25 €	1 425 933.02 €	1 210 041.20 €	1 971 883.22 €	2 038 384.00 €

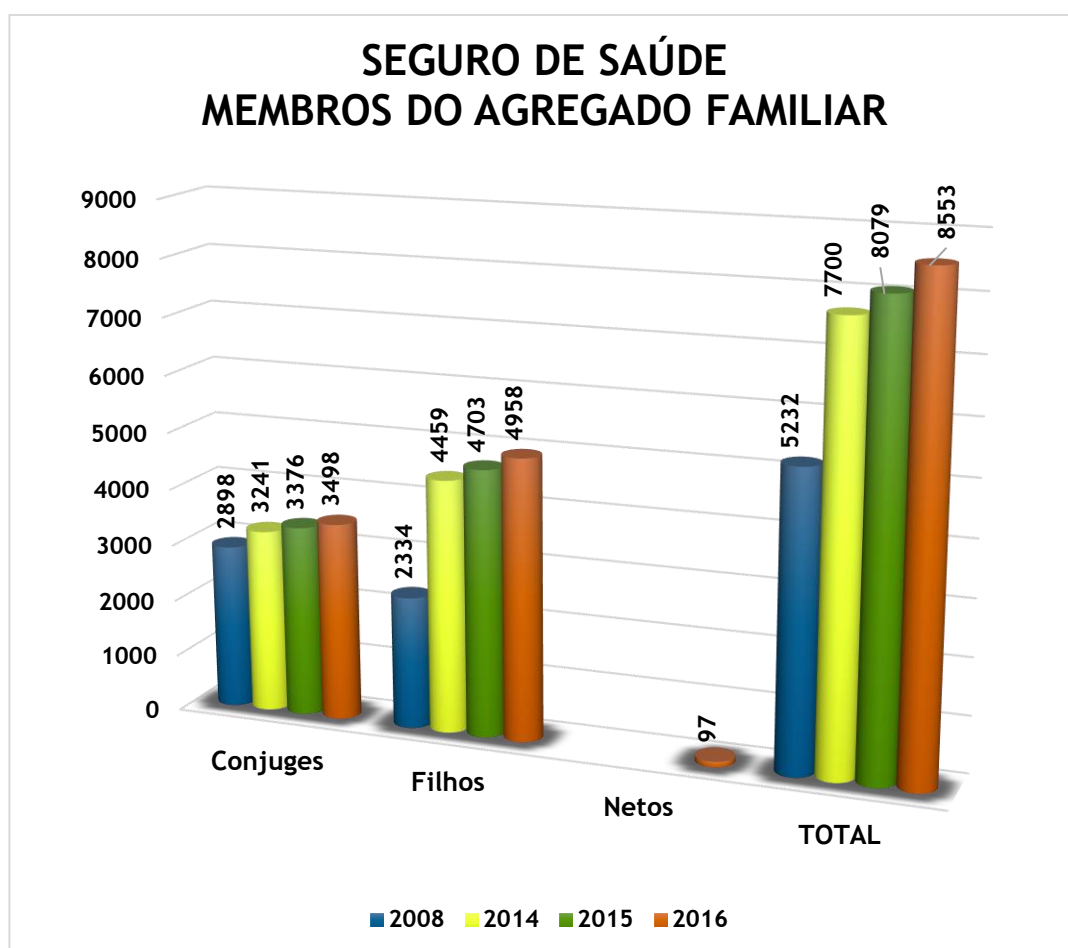
 INTERNAMENTO HOSPITALAR    
  CONSULTAS, TRATAMENTOS E EXAMES    
  MEDICAMENTOS  
 ÓCULOS E OUTRAS PRÓTESES    
 ESTOMATOLOGIA    
 PARTO  
 TOTAL



## EXTENSÃO DO SEGURO DE SAÚDE AOS MEMBROS DO AGREGADO FAMILIAR DO SÓCIO

O número de membros do agregado familiar inscritos no seguro de saúde aumentou, de 2008 para 2016, 63,47%, 20,70% relativamente aos cônjuges e 112,43 % relativamente aos filhos, para além de, desde a anuidade de 2016, poderem também ser inscritos os netos dos Sócios, estando, neste momento, inscritos 97 netos.

O seguro de saúde gere, hoje, mais de 18.380 membros, se considerarmos os membros do agregado familiar – 8.553 – e os sócios, que ultrapassam já os 9.800.



---

## *ASSISTÊNCIA MÉDICA DO SINDICATO DOS FUNCIONÁRIOS JUDICIAIS*

---

Quando em 2005 o Governo decidiu extinguir o subsistema de saúde dos Serviços Sociais do Ministério da Justiça (S.S.M.J.), o Sindicato dos Funcionários Judiciais assumiu uma postura de responsabilidade e efetiva ação tendo decidido contratar médicos, clínicas, hospitais e outros serviços de saúde, que faziam parte ou não, dos S. S. M. J. propondo a celebração de protocolos que permitissem aos associados e familiares terem acesso aos respetivos serviços aos preços da tabela dos S.S.M.J.

Assim, foi criada uma estrutura autónoma com meios e competências próprias, sólida e profissional. Nesse sentido foi contratado para Diretor Executivo um antigo Vogal do Conselho de Direção dos S.S.M.J. o que constitui uma garantia de competência e conhecimento neste âmbito dos Serviços de Saúde.

Através da concretização de vários protocolos, a nível nacional, conseguiu condições vantajosas para acesso aos diversos serviços e especialidades, através de tabelas convencionadas.

A este serviço aderiram também o Sindicato dos Magistrados do Ministério Público, a Associação Sindical dos Juízes Portugueses e Associação Sindical dos Funcionários de Investigação Criminal da Polícia Judiciária, o que reforça a sua credibilidade.

Em complementaridade com o Seguro de Doença e com o Fundo de Ação Social, a Direção Nacional do STI decidiu, igualmente, aderir, criando, assim, uma mais-valia para os sócios do STI e seus familiares.

São **beneficiários titulares TODOS os sócios do STI, sem qualquer encargo**. Podem, igualmente, ser beneficiários os cônjuges, ou legalmente equiparados, ascendentes e descendentes de ambos até ao 2º grau. O custo de cada um destes cartões, para os membros do agregado familiar, é de 10 euros e terá a validade igual ao cartão do sócio titular

A Assistência Médica proporcionada pelo SFJ aos seus beneficiários abrange as seguintes modalidades:

- a) Consultas de clínica geral e de especialidades, incluindo visitas domiciliárias;
- b) Meios auxiliares de diagnóstico;
- c) Meios de terapêutica;
- d) Intervenções cirúrgicas;
- e) Internamentos;
- f) Enfermagem;
- g) Meios de correção e compensação;
- h) Tratamentos termais.

O acesso aos serviços clínicos e hospitalares faz-se através de marcação direta junto da entidade prestadora protocolada, invocando a qualidade de beneficiário da AMSFJ – Assistência Médica do Sindicato dos Funcionários Judiciais e exibindo no ato assistencial, o respetivo cartão, sendo o pagamento dos serviços de consulta ou assistenciais, integralmente liquidado (segundo tabelas vantajosas, protocoladas), diretamente, contra a emissão de recibo em nome do beneficiário assistido.

**Após esse pagamento deverá o recibo ser enviado pelo sócio, como habitualmente, para a ADSE, para comparticipação e posteriormente para o seguro de saúde do STI.**

**Este serviço não inviabiliza nem a comparticipação da ADSE, nem a do seguro de saúde do STI, pelo contrário é complementar a esses serviços.**

## UTILIZAÇÃO CONJUGADA DA ADSE, ASSISTÊNCIA MÉDICA DO SFJ E SEGURO DE SAÚDE STI/MÉDIS



A utilização conjugada destes três sistemas - ADSE, ASSISTÊNCIA MÉDICA DO SFJ E SEGURO DE SAÚDE STI/MÉDIS - pode trazer vantagens significativas:

1. Quer a utilização do cartão da Assistência Médica do Sindicato dos Funcionários Judiciais (AMSFJ), quer a utilização do cartão MÉDIS não inviabilizam a comparticipação da ADSE;
2. Igualmente a utilização de qualquer destes cartões não inviabiliza a remessa para o Seguro de Saúde, após a comparticipação da ADSE (recorda-se que existem situações em que a comparticipação do Seguro é efetuada com base em fotocópia e sem necessidade de aguardar pela comparticipação da ADSE e pela declaração desta entidade para efeitos de complemento de comparticipação).

Assim, e para potenciar o benefício, deverá, em cada caso concreto e em função do prestador aferir qual a melhor forma de utilizar os cartões.

Os sócios devem, em cada caso, aferir a melhor forma de os utilizar. Por regra, tendo o prestador acordo com a ADSE, é mais vantajoso utilizar esse sistema primeiro e enviar depois o recibo do que ficou a seu cargo, para comparticipação do seguro de saúde. Não tendo o prestador acordo com a ADSE, então há que aferir se está incluído na rede da AMSFJ e, neste caso, o que pagar deve ser enviado para comparticipação da ADSE e, ainda pode enviar para o STI, para comparticipação do seguro de saúde STI/MÉDIS.



## APOIO AOS SÓCIOS

O STI dispõe de um serviço de atendimento aos associados que, de forma personalizada, criteriosa e conhecedora, presta as primeiras informações solicitadas pelos Sócios, esclarecendo-os sobre os seus direitos e regalias.

**O SERVIÇO DE APOIO A SÓCIOS**, numa primeira abordagem, toma as iniciativas necessárias à boa solução das questões, procedendo ao seu encaminhamento para o colaborador responsável pela área em questão.



## SERVIÇOS JURÍDICOS

O sindicato dispõe de um experiente e qualificado quadro de advogados, especialistas nas áreas do direito laboral e administrativo, abalizado para oferecer, gratuitamente, o melhor aconselhamento técnico e a mais eficaz assistência em juízo a todos os Sócios do STI.

Os SERVIÇOS JURÍDICOS do STI, apoiados num eficiente serviço de contencioso, funcionam, com marcação prévia, todos os dias úteis, na sede do STI.

A qualidade e a eficácia do Serviço de Apoio Jurídico aos Sócios do STI, decorre em larga medida da experiência e da dedicação exclusiva dos Serviços jurídicos às questões laborais especificamente relacionadas com os trabalhadores da AT, o que permite um conhecimento técnico mais aprofundado das matérias que afetam diretamente os trabalhadores da AT no seu dia-a-dia e, em consequência, conduz a um melhor acompanhamento aos Sócios.





## INFORMAÇÃO



Informação atual, fidedigna e de qualidade é um direito que o sindicato garante a todos os associados.

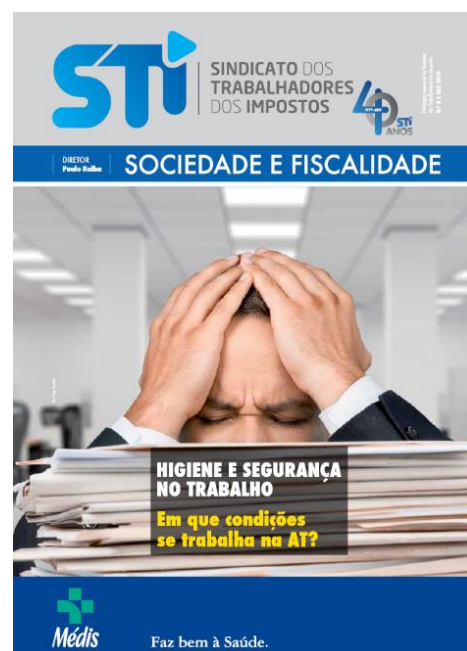
**O Comunicado** pretende dar resposta a questões urgentes que venham a verificar-se, obrigando a uma mobilização imediata, ou que justifiquem tomadas de posição inadiáveis.

**A Página Internet**, dispõe de toda a informação distribuída em suporte de papel, bem como outras informações úteis.

**A Nota Informativa**, trata de informação mais virado para a vida interna do STI e para as áreas do apoio jurídico/contencioso e social.

A revista **“SOCIEDADE E FISCALIDADE”**, publicação bimensal do STI, de que já foram publicados 6 números e onde têm colaborado nomes de prestígio da sociedade Portuguesa de vários quadrantes políticos e sociais, nomeadamente, Prof. Dr. Adriano Moreira, Dr. João Ferreira do Amaral, Dr. José Adelino Maltez, Dra. Cândida Almeida, Dr. Manuel Carvalho da Silva, Dr. Carlos Silva, Dr. Jorge Miranda, Dr. José Matos Rosa, Dr. Francisco Lousã, Dr. José Castro Caldas, etc.

Consciente da importância que, hoje, assume o peso da opinião pública e, nessa perspetiva, a comunicação social, o STI mantém com ela uma permanente atitude de abertura, veiculando, de forma noticiosa, as lutas, as preocupações, as aspirações e a vontade dos trabalhadores dos impostos.





## SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL

Após longas e complexas negociações a Direção Nacional do STI subscreveu um **SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL PROFISSIONAL**, para **TODOS os Sócios do STI independentemente da sua CARREIRA/CATEGORIA PROFISSIONAL e sem qualquer encargo para o Sócio**, este seguro destina-se a cobrir a responsabilidade civil no exercício de funções profissionais.

Este seguro funciona em complementaridade com o da Autoridade Tributária, para os Sócios que por esse seguro estão cobertos, contudo fomos mais longe e **também estão cobertos os Sócios que não estão incluídos no seguro da AT**.

Tal como o seguro da Autoridade Tributária e Aduaneira, o LIMITE DA RESPONSABILIDADE CIVIL POR SEGURADO/SÓCIO, é de 500.000,00 €:

	Autoridade Tributária	STI
<b>Limite da Responsabilidade Civil, por Segurado</b>	500.000,00 € (1)	500.000,00 €
<b>Custos de Defesa</b>	Sub limite de 10% do limite de responsabilidade civil e incluído neste.	Sem sub limite. Incluído no limite da Responsabilidade Civil.
<b>Franquia</b>	250,00 €	0 €
<b>Limite de Responsabilidade por anuidade</b>	5.000.000,00 €	5.000.000,00 €

(1) Para o Diretor Geral este limite é 1.500.000,00 €; SubDiretores Gerais e equiparados 1.250.000,00 €; Diretores 1.000.000,00 €; Chefes de Divisão 750.000,00 €.

**Mesmo na questão da responsabilidade civil o seguro do STI vai além do da AT. Enquanto este cobre exclusivamente atos com dolo ou culpa grave o do STI para além de dolo e culpa grave também cobre os ilícitos praticados com negligência ou culpa leve.**

Este seguro contudo não se limita a cobrir a Responsabilidade Civil, abrange também outras matérias conexas e também importantes.

Há muito que perseguíamos este objetivo, este seguro é assim o culminar de um longo processo negocial. A solução encontrada garante aos Sócios do STI, *sem exceção*, um seguro de responsabilidade civil profissional.

O seguro entrou em vigor em 1 de julho de 2015 e cobre mesmo as situações ocorridas antes desta data **desde que o Sócio delas só venha a ter conhecimento após 1 de julho de 2015**.



## FUNDO SOCIAL DE EMERGÊNCIA

Em 2013, a Direção Nacional do STI, face à grave situação financeira que se vivia, decidiu propor ao Conselho Geral, a criação de um Fundo Social de Emergência destinado a acorrer a situações graves e de emergência, de sócios com grave carência económica, em situações não enquadráveis no Regulamento do FAS e suscetíveis de afetar a sua dignidade.

O apoio a conceder através deste Fundo, reveste o carácter de empréstimo reembolsável, sem juros e a ele podem recorrer todos os sócios do STI, no pleno gozo dos seus direitos e que tenha essa qualidade, ininterruptamente, há pelo menos 3 meses.

No Conselho Geral realizado no passado dias 29 e 30 de abril de 2016, face à experiência adquirida com o Regulamento provisório antes referido a Direção Nacional do STI propôs ao Conselho Geral a aprovação de um Regulamento definitivo alargando o apoio a outras áreas.

Os empréstimos reembolsáveis, sem juros, poderão agora ser atribuídos para as seguintes finalidades:

- a) Custeio de **despesas de educação de elementos do agregado familiar do sócio**, entendendo-se estas despesas como a compra de livros, aquisição de material escolar, propinas e complemento de bolsas de estudo;
- b) Custeio de **despesas com funeral de elementos do agregado familiar do sócio**;
- c) Para ocorrer a **casos urgentes, originados por razões de força maior**, devidamente comprovadas.

Este é mais um passo no apoio aos Sócios do STI.



## FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Embora substituindo-se à própria administração fiscal, o sindicato apoia a formação profissional dos seus associados, concedendo subsídios para aquisição de livros ou outro material de carácter técnico profissional, todavia sem deixar de reivindicar essa formação.

O ano de 2007, foi o primeiro ano em que a gestão das comparticipações de Livros Técnicos foi efetuada a nível central. Recorda-se que, antes, esta comparticipação era efetuada pelas Direções Distritais. Esta alteração visou fundamentalmente garantir a igualdade de todos os Sócios no acesso a este apoio.

Considerando-se as comparticipações efetuadas desde essa data, foram, até hoje, comparticipados **247.540,63 €**.

### Recordamos que:

O STI comparticipará na aquisição de livros, publicações, assinaturas ou suportes informáticos comprovadamente de carácter técnico profissional, desde que não ultrapasse um exemplar de cada obra editada, no montante de 50% sobre o preço de custo com o limite 60 Euros anuais por Sócio

Em 2012, pela primeira vez, iniciámos a formação presencial para os sócios do STI, ações que decorreram em vários distritos e que envolveram várias centenas de Sócios até ao momento.

Para além disso têm as Direções Distritais, por exemplo, no âmbito da preparação para o Estágio para Inspectores Tributários promovido diversas ações de formação.

Pese embora a formação profissional ser fundamentalmente uma “obrigação” da “entidade patronal”, o STI não se demitiu dessa função.





**ATIVIDADES CULTURAIS,  
SOCIAIS E RECREATIVAS**

Na vertente social, o STI tem vindo a celebrar protocolos - no âmbito da saúde, educação, hotelaria, agências de viagens e fornecimento de outros bens e serviços - com as mais diversas entidades, garantindo aos associados tratamento preferencial, nomeadamente no que respeita ao atendimento e a reduções de preços. No site do STI, na área "SOCIAL", encontrará todos os protocolos em vigor.

## ORGÃOS NACIONAIS E SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS

**SEDE:** Av. Coronel Eduardo Galhardo, N° 22 B \* 1199-018 Lisboa



218 161 710



218 150 095



[geral@stimpostos.pt](mailto:geral@stimpostos.pt)



[www.stimpostos.pt](http://www.stimpostos.pt)

## **DISTRITAL DE FARO DO STI**

### **INTERVENÇÃO NO CONSELHO GERAL DE 2017-04-21**

Qualquer organização, em determinado momento da sua vida, ir-se-á deparar com um dilema: seguir como está, sem proceder a grandes alterações na sua estrutura e na sua filosofia de actuação; ou tentar projectar-se no mundo no qual desenvolve a sua actividade, tentando adquirir uma posição privilegiada relativamente às restantes organizações congéneres.

Pela sua natureza muito própria, poderia parecer que um sindicato não se encontra num ambiente onde a "concorrência" seja um problema.

Nada mais errado.

Um sindicato, para além de concorrer com outros sindicatos ou organizações profissionais que defendem o mesmo grupo de trabalhadores, concorre com todas as outras organizações, do mesmo cariz (ou não), que procuram, através dos mais diversos meios, influenciar o poder político.

Este poder político age como se de um monopólio se tratasse, uma vez que não existe mais nenhum agente que com ele possa competir em poder e capacidade de decisão. Ainda que as organizações que compõem a sociedade e a própria natureza democrática desta garantam um equilíbrio relativo, o poder político cuja influência, em último caso, se exprime através do Estado, tende sempre a desequilibrar para o seu lado a balança do poder.

É por isso que o paradigma da mudança é tão fundamental para a consolidação e sobrevivência de um sindicato.

A perspectiva da continuidade, quer por imobilismo dos seus responsáveis, quer pela inadequação da sua estrutura funcional e estatutária, provoca uma perda de capacidade de intervenção e, dessa forma, uma perda de capacidade de influenciar o poder político.

Como qualquer organização que não se adequa à dinâmica social, um sindicato que teime em olhar para o seu umbigo, em vez de aceitar e interiorizar a dinâmica da mudança e da aceitação do desafio, tenderá naturalmente a desaparecer. O STI comemora este ano o seu 40.º aniversário. São quarenta anos de luta pela melhoria das condições laborais, pessoais e familiares dos seus associados. Algumas vezes ganhou, noutras perdeu.

Mas a questão não está na perda ou no ganho, porque estas significam que houve objectivos que foram colocados, estratégias que foram concebidas, batalhas que foram travadas.

O problema está quando passa demasiado tempo sem se passar nada, o que significa que não há capacidade efectiva de influenciar de forma directa os actores políticos.

Coloca-se hoje ao STI, a necessidade de uma adequação mais rápida e consistente ao entorno social e político,

aprofundando uma dinâmica que, de resto, já vem desenvolvendo há algum tempo, na procura de uma eficiência social que lhe permita, mantendo o foco na luta pelos direitos dos seus associados, posicionar-se como actor e interlocutor indispensável na sua área de actuação. Ou seja, na defesa dos trabalhadores da Autoridade Tributária e Aduaneira que desempenham uma função nuclear do estado, que é o exercício da actividade tributária.

É por isso que uma política sindical permanentemente activa, nas suas duas vertentes de actuação, externa e interna, é absolutamente fundamental.

Externamente, a sua afirmação enquanto interlocutor preferencial e indispensável, entre os funcionários e a “casa”, e entre estes e a Tutela, carece de um maior aprofundamento e do exercício de uma “pressão” constante sobre os actores políticos. No entanto esta pressão só será possível com a evidente mostra de convergência de opiniões a nível interno (note-se que se trata de convergência de opiniões e não de unanimismo), potencialmente reveladora de uma maior coesão, uma vez que espelha o conhecimento das estratégias delineadas e dos propósitos que lhes são inerentes. O debate interno das ideias e das políticas sindicais deve ser o cerne da matriz identitária do STI e assumida como uma pedra basilar da sua existência.

Internamente, é fundamental a dinamização sindical efectiva, próxima dos sócios, mais constante, mais localizada, mais diversificada, para que estes sintam que o sindicato não é uma noção abstracta, afastada, mas a concretização efectiva do aporte pessoal de cada um para o conjunto da estrutura.

Para esta afirmação identitária é fundamental a utilização consciente dos “media”, que permita a presença constante junto das mais variadas entidades e organizações, quer a nível político, quer a nível cultural, desportivo, recreativo, seja ao nível da representação puramente sindical, seja em colóquios, conferências, entrevistas ou outros meios que promovam a imagem e a postura do STI perante a sociedade em geral.

Mas esta presença deve ter como objectivo primordial a defesa intransigente dos funcionários da AT, a todos os níveis e em todas as circunstâncias.

Para tudo isto indispensável a adequação dos estatutos e regulamentos a uma dinâmica mais proactiva e próxima dos actores internos e externos. É urgente rever estatutos e regulamentos, vertendo nos mesmos a necessidade da mudança e a adequação a uma realidade que teima, inexoravelmente, em adiantar-se ao próprio tempo. A própria filosofia que dita o que se faz e como se faz, tem que ser reavaliada e adequada às imposições de maior dinamismo dentro e fora do STI.

A responsabilidade da dinamização interna cabe, a nível nacional à DN, e a nível mais descentralizado, às Distritais e Regionais e, claro está, aos Delegados Sindicais, que deverão ser objecto de uma atenção redobrada pela restante estrutura, uma vez que são eles a primeira imagem e o elo privilegiado de ligação interna do STI.

Para isso, tem necessariamente que haver maior disponibilidade financeira para as distritais e regionais, para que estas funcionem de facto e se afirmem cada vez mais como estruturas de proximidade indispensáveis, sem as quais o STI não seria mais do que um “conjunto de associados”. São as Distritais e as Regionais, que pelo seu conhecimento directo dos sócios, das suas necessidades, das suas condições de trabalho, das suas aspirações, as únicas capazes de mobilizar todos e cada um de nós.

É por isso que a aposta numa verdadeira dinamização sindical, a qual promova o encontro e a convivência dos sócios, quer do mesmo distrito, quer entre distritos, é fundamental para a verdadeira consolidação do espírito que se pretende nos anime a todos.

É urgente criar um mecanismo regulamentar e financeiro que permita que todos os sócios sejam verdadeiramente iguais, possibilitando o acesso a um conjunto básico de iniciativas (sejam formativas, culturais, lúdicas, ou quaisquer outras) e que não dependa da capacidade financeira de cada distrital ou regional.

É também fundamental que as distritais e regionais com menor número de sócios, mas que muitas vezes abarcam uma maior dimensão geográfica, devem poder desenvolver um conjunto de actividades básicas, mas indispensáveis (tais como visitas a serviços, formação, acções de sensibilização), sem que tal seja inviabilizado pela inadequação da sua capacidade financeira. Deverá por isso ser criado um sistema de compensação financeira que permita esta uniformização; um fundo de compensação que confira uma verdadeira igualdade de oportunidades para todos os sócios.

Isto tudo sem por em causa, claro está, a boa gestão financeira do sindicato e a salvaguarda dos princípios de respeito pelos direitos humanos e pela condução democráticas dos processos de deliberação e de decisão, que enformam o STI.

Desta forma conseguiremos mostrar às organizações congéneres, ao poder político e, o mais importante, aos sócios, a todos nós, que estamos juntos e absolutamente conscientes, da força que nos anima e, por conseguinte, do nosso papel fundamental na sociedade.

ANTÓNIO MANUEL VIGON MANSO FRAZÃO  
Presidente da Direção Distrital de Faro